

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 1.541, DE 2015

Inclui o parágrafo 11 no artigo 4º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para vedar às Instituições de Ensino a cobrança de encargos educacionais em percentual de reajuste superior ao estabelecido pelo Ministério da Educação.

**Autor:** Deputado KAIO MANIÇOBA

**Relator:** Deputado **SÁGUAS MORAES**

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.541, de 2015, inclui o § 11 no art. 4º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na redação dada a esta norma pela Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010.

O art. 4º da Lei nº 10.260/2001 estabelece, em seu *caput*, que “são passíveis de financiamento pelo Fies até 100% (cem por cento) dos encargos educacionais cobrados dos estudantes por parte das instituições de ensino devidamente cadastradas para esse fim pelo Ministério da Educação, em contraprestação aos cursos referidos no art. 1º em que estejam regularmente matriculados”.

A presente proposição pretende incluir o § 11, que determinaria ser vedada às Instituições de Ensino a cobrança de encargos educacionais em percentual de reajuste superior ao estabelecido pelo Ministério da Educação.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 1.541/2015 é recoberto de mérito, pois evita a judicialização da questão do controle dos reajustes dos encargos educacionais das instituições de ensino superior (IES) privadas. Como a atual configuração da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, não tem sido suficiente para que se afirme, na Justiça, a regulamentação do MEC, é necessário que se faça ajustes no sentido do apresentado na proposição em análise.

No entanto, a norma legal não deve representar possível engessamento das limitações que o Ministério da Educação (MEC) pode estabelecer para as IES privadas. A lei deve prever casos de aumentos necessários e justificáveis das mensalidades, motivo porque se propõem ajustes no Projeto de Lei nº 1.541, de 2015.

Nesse sentido, cabe determinar que compete ao MEC regulamentar a matéria. Além disso, a inclusão da possibilidade de reajustes acima do percentual estabelecido pelo MEC deve ser incluída, contanto que estes sejam justificados e aceitos junto ao Ministério mediante comprovação, em cada caso concreto.

Diante do exposto, nosso voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.541, de 2015, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2015.

Deputado **SÁGUAS MORAES**  
Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.541, DE 2015

Inclui o § 11 no art. 4º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para vedar instituições de ensino superior privadas, nos termos do regulamento, a cobrança de encargos educacionais em percentual de reajuste superior ao estabelecido pelo MEC, salvo na hipótese especificada.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O artigo 4º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com a redação dada pela Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, fica acrescido do seguinte parágrafo 11:

Art. 4º .....

.....

§ 11. É vedada às mantenedoras de instituições de ensino superior privadas, nos termos do regulamento, a cobrança de encargos educacionais em percentual de reajuste superior ao estabelecido pelo Ministério da Educação, salvo para os casos em que o reajuste seja devidamente solicitado, justificado, documentalmente comprovado e aprovado, no caso concreto, junto aos órgãos responsáveis do Poder Executivo.” (NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2015.

Deputado **SÁGUAS MORAES**

Relator

2015-11485.docx